



CÂMARA DOS DEPUTADOS.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQUERIMENTO Nº DE 2025.

(Dos Srs. Alexandre Lindenmeyer, Luiz Couto, Deputados Nilto Tatto)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente para debater a classificação obrigatória de plásticos em produtos fabricados, importados ou comercializados no Brasil, a divulgação dos riscos associados à saúde e ao meio ambiente e estabelece a Política Nacional de Transparência sobre Materiais Plásticos.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário das Comissões, requeiro a Vossas Excelências a convocação de uma Audiência Pública conjunta da Comissão de Indústria e da Comissão do Meio Ambiente, Comércio e Serviços, com o objetivo de debater a classificação obrigatória de plásticos em produtos fabricados, importados ou comercializados no Brasil, a divulgação dos riscos associados à saúde e ao meio ambiente e estabelece a Política Nacional de Transparência sobre Materiais Plásticos. Para tanto, sugerimos os seguintes participantes:

- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Ministério do Meio Ambiente (CONAMA);
- Ministério Público Federal;
- Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ);
- Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM);
- Movimento Nacional dos Catadores.
- Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST– Paulo Henrique Rangel Teixeira;

JUSTIFICAÇÃO

A obrigatoriedade de classificação e identificação técnica dos tipos de plásticos utilizados em produtos fabricados, importados ou comercializados no Brasil, bem como a criação da Política Nacional de Transparência sobre Materiais Plásticos.

Trata-se de uma proposição de grande relevância nacional, com potencial impacto direto nas áreas da saúde pública, meio ambiente, produção industrial, comércio, consumo e gestão de resíduos.

Considerando a amplitude e complexidade técnica da matéria, é imprescindível promover um debate público qualificado, com a participação de diversos setores da sociedade civil, da comunidade científica, de representantes do setor produtivo, órgãos de defesa do consumidor, organizações ambientais, gestores públicos e demais interessados.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Lindenmeyer

Apresentação: 09/10/2025 17:29:13.943 - CICS

REQ n.39/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Apresentação: 09/10/2025 17:29:13.943 - CICS

REQ n.39/2025

A realização de audiência pública cumpre, portanto, uma função essencial no fortalecimento da transparência, da participação democrática e do embasamento técnico do processo legislativo.

O projeto aborda questões científicas e regulatórias sensíveis, como propriedades físico-químicas de polímeros, riscos toxicológicos, reciclabilidade, estabilidade térmica e fotoquímica dos materiais, bem como a migração de substâncias plásticas em condições de uso.

A exigência de rotulagem clara, com identificação padronizada e alertas sobre riscos à saúde ao meio ambiente, também impõe desafios técnicos e operacionais que merecem ser debatidos com especialistas e representantes da indústria.

Ademais, a proposta tem impacto direto sobre a cadeia produtiva nacional, especialmente sobre fabricantes, importadores, comerciantes e recicladores.

É necessário discutir os prazos de adequação, os custos de implementação, a viabilidade de padronizações e os possíveis mecanismos de incentivo à inovação e à substituição de materiais de alto risco ambiental ou sanitário.

A escuta pública poderá contribuir para o aprimoramento do texto legal, prevenindo distorções e assegurando uma transição justa e eficiente.

Sob a perspectiva do consumidor, a proposta promove o acesso à informação e o direito à escolha consciente, pilares fundamentais do Código de Defesa do Consumidor.

Ao garantir que os produtos tragam informações claras sobre os tipos de plásticos em sua composição e os riscos associados ao seu uso, o projeto fortalece a cidadania ambiental e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

O tema também exige reflexão sob o prisma das mudanças climáticas, da poluição ambiental e da saúde coletiva, frente ao crescente acúmulo de resíduos plásticos, à presença de microplásticos em ecossistemas e alimentos, e aos efeitos adversos documentados na saúde humana.

A instituição de uma política nacional voltada à transparência dos materiais plásticos poderá posicionar o Brasil como referência regional na regulamentação do setor, em consonância com diretrizes internacionais da ONU, OMS e acordos multilaterais sobre resíduos e poluentes.

Por fim, a audiência pública permitirá o diálogo sobre possíveis impactos regulatórios em micro e pequenas empresas, garantindo que eventuais obrigações sejam viáveis, escalonadas e justas.

Também abrirá espaço para a construção de propostas complementares, como incentivos fiscais à economia circular, fortalecimento da cadeia da reciclagem e campanhas nacionais de educação ambiental.

Diante de todo o exposto, justifica-se amplamente a realização de uma audiência pública no âmbito da Comissão pertinente, com o objetivo de aprofundar o debate técnico e político sobre o Projeto de Lei nº 1071/2025, assegurando sua construção coletiva, efetividade prática e aderência às reais necessidades da população brasileira e dos compromissos socioambientais do país.

A realização desta Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente, em conjunto com a Comissão de Comércio, Indústria e Serviços, permitirá aprofundar o diagnóstico, ouvir relatos diretos dos maiores interessados, bem como colher subsídios técnicos de especialistas e gestores para a construção de soluções efetivas.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252971248600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Lindenmeyer





CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Sala das Comissões, 10 de Outubro de 2025.

Dep. ALEXANDRE LINDENMEYER
PT RS

Dep. LUIZ COUTO
PT PB

Dep. Nilto Tatto
PT/SP

Apresentação: 09/10/2025 17:29:13.943 - CICS

REQ n.39/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252971248600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Lindenmeyer

